**ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO E DE MÉRITO
(RABEM)**

Preâmbulo e nota justificativa

Considerando que:

- i. No dia 05 de junho de 2024 foi publicado em Diário da República, 2.ª série, o Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo e de Mérito, sob a designação de regulamento n.º 625/2024.
- ii. A sua aplicação revelou a existência de uma limitação desnecessária e impeditiva do alcance dos objetivos que se visam atingir, bem como uma imprecisão que se tem constrangido o seu pleno emprego.
- iii. É fundamental criar condições para que todas as pessoas tenham acesso a educação e formação independentemente da sua situação económica.
- iv. Conforme se referiu no preâmbulo da versão original do regulamento:
 - O Município de Fafe ambicionam permitir que os seus cidadãos e cidadãs recebam uma melhor educação e formação em igualdade de circunstâncias, através do desenvolvimento de políticas públicas de incentivo e apoio à frequência de formação superior;
 - Todas as pessoas têm direito a uma educação, uma formação e uma aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade que lhes permitam adquirir e manter as competências necessárias para participarem plenamente na sociedade e gerirem com êxito as transições no mercado de trabalho.
- v. Não é intenção do Município limitar o acesso a bolsas de estudo em função da idade das pessoas que se candidatam, circunstância que contraria o espírito inserto na versão original do regulamento.
- vi. É objetivo do Município atribuir bolsas de estudo a todos os estudantes de ensino superior, que cumpram os requisitos regulamentares, designadamente os cursos técnicos superiores profissionais.
- vii. Os cursos técnicos superiores profissionais são entendidos como formação superior de curta duração não conferente de grau, conforme decorre do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março e do

Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março.

Nestes termos:

Considerando que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos com eficácia externa do Município de Fafe, conforme resulta das disposições conjugadas da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), foi elaborado o presente regulamento.

O regulamento foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos do artigo 101.º do CPA, através de publicação no Diário da República, 2.ª série, Aviso n.º .../2024, de ... de ..., e no site institucional do Município, até ao dia ... de ... de 2024.

Assim, a Assembleia Municipal de Fafe, por deliberação tomada em sessão ordinária de ... de ... de 2024, e em conformidade com a proposta da Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de ... de ... de 2024, aprovou o seguinte regulamento.

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento procede à alteração do regulamento de atribuição de bolsa de estudo e de mérito.

Artigo 2.º

Alterações

Os artigos 12.º e 15.º passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 12.º

[...]

1. [...]

2. [revogado]

Artigo 15.º

[...]

[...]

a) [revogado]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]»

Artigo 3.º

Entrada em Vigor

A presente alteração produz efeitos à data da entrada em vigor do regulamento de atribuição de bolsa de estudo e de mérito, ou seja, desde 01 de setembro de 2023.

Fafe, ... de ... de 2024

O Presidente da Câmara Municipal, Antero Barbosa